

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> – CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	7
<i>Nota à 27ª edição</i>	9
<i>Notas às edições anteriores (26ª à 2ª)</i>	11
<i>Introdução</i>	29

Título I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Capítulo I – Princípios Constitucionais

1. Introdução	35
2. Noção de princípio	44
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais	46
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação	50
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico ...	58
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais	60
7. Outras considerações	62

Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares	66
2. Conceito de República. Seus elementos	67
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios ..	85
4. O princípio republicano e a igualdade tributária	88
5. O alcance do princípio republicano	89
6. A relevância jurídica do princípio republicano	90
7. O princípio republicano e a competência tributária	92
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva	95
8.1 <i>Noções gerais</i>	99
8.2 <i>Destinatários do princípio da capacidade contributiva</i>	102
8.3 <i>Eficácia do princípio da capacidade contributiva</i>	103
8.3.1 <i>Capacidade contributiva e não-confiscatoriedade</i>	109
8.4 <i>Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF)</i>	112
8.4.1 <i>O IPTU e a capacidade contributiva</i>	116
8.4.2 <i>O IR e a capacidade contributiva</i>	125
8.5 <i>Síntese conclusiva</i>	135

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1.	Colocação do tema	136
2.	A natureza jurídica do Estado Federal	137
2.1	<i>A soberania e o Estado</i>	139
2.2	<i>Os Estados simples e as Uniões de Estados</i>	142
2.2.1	As Uniões pessoais	144
2.2.2	As Confederações de Estados	145
2.2.2.1	Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal.....	147
2.3	<i>O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal</i>	147
2.4	<i>As Uniões reais e o Estado Federal</i>	149
2.5	<i>Outras características do Estado Federal</i>	150
3.	O princípio Federativo, no Brasil	152
3.1	<i>Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros</i>	153
3.2	<i>A natureza jurídica da União</i>	155
3.3	<i>A indissolubilidade da Federação Brasileira</i>	156
3.4	<i>A competência residual dos Estados</i>	158
3.5	<i>A coexistência das autonomias federal e estaduais</i>	160
3.6	<i>As leis complementares estaduais</i>	161
3.7	<i>A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil</i>	162
4.	Os Estados-membros e suas Constituições	163
4.1	<i>A igualdade jurídica dos Estados-membros</i>	170
5.	Últimas considerações	171

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1.	Introdução	173
2.	Caráter jurídico do princípio	176
3.	O conteúdo da “autonomia municipal”	178
4.	O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal	180
5.	Assuntos de interesse predominantemente local	185
6.	Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”	189
7.	O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo	191
8.	A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal ..	192
9.	A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF	193
10.	Outras considerações	195
11.	A autonomia do Distrito Federal	196

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1.	Noções preliminares	200
2.	Exceções ao princípio e aparente exceção	214

2.1	As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade	221
2.2	Conclusão parcial	225
3.	O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal	225
4.	O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo	229
5.	As isenções tributárias e o princípio da anterioridade	232
5.1	Outro caminho	233
5.2	A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade ...	235
5.3	As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade	240
5.3.1	Tratados internacionais. Noção geral	241
5.3.2	Os tratados internacionais, no Brasil	245
5.3.3	Os tratados internacionais tributários	248
5.4	A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade	249
5.5	As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF e o princípio da anterioridade	250
6.	A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade	251
7.	Síntese conclusiva	253

Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1.	Introdução	255
2.	O princípio da legalidade. Generalidades	259
2.1	A lei e o tributo	263
3.	A legalidade no direito tributário brasileiro	
3.1	Aspectos gerais	268
3.2	A lei como limitação ao exercício da competência tributária	278
3.3	Novas considerações	
3.3.1	Generalidades	279
3.3.2	A regra <i>solve et repete</i> e a legalidade tributária	283
3.3.3	A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei)	286
3.4	Lei ordinária e tributação	
3.4.1	Circunscrição do problema	290
3.4.2	As medidas provisórias e a tributação	293
3.4.2.1	Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o imposto sobre movimentação ou transmissão	

	de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias	306
3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	308
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira e as medidas provisórias	309
3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias	311
3.4.2.5	Últimas colocações	312
3.4.3	As leis delegadas e a tributação	314
3.4.4	Síntese conclusiva	316
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária	317
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária	326
5.1	<i>A iniciativa</i>	328
5.2	<i>A deliberação</i>	337
5.3	<i>A sanção</i>	339
5.4	<i>A promulgação</i>	341
5.5	<i>A publicação</i>	
5.5.1	Noções gerais	344
5.5.2	Conceito	346
5.6	<i>Epítome</i>	351
6.	A revogação das leis tributárias	
6.1	<i>Noções básicas</i>	351
6.2	<i>Assuntos paralelos</i>	352
6.3	<i>A irrepristinabilidade</i>	355
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários	357
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	368
9.	A irretroatividade das leis tributárias	371
10.	Limitações ao princípio da legalidade	385
11.	A lei e a faculdade regulamentar	388
11.1	<i>A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade</i>	410
12.	Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia distrital	415

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1.	Noções introdutórias	417
----	----------------------------	-----

2.	Estado de Poder e Estado de Direito	422
2.1	<i>O Estado de Direito e os direitos fundamentais</i>	424
2.2	<i>Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais</i>	425
2.3	<i>O alcance dos direitos fundamentais</i>	427
3.	Direitos fundamentais e tributação	447
3.1	<i>O "estatuto do contribuinte"</i>	450
4.	Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal e da boa-fé do contribuinte	455
5.	A segurança jurídica e o "livre acesso" ao Poder Judiciário ...	471
6.	A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária "para frente")	490
7.	A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios.....	497
7.1	<i>Das presunções</i>	498
7.2	<i>Das ficções</i>	502
7.3	<i>Dos indícios</i>	505
7.4	<i>Conseqüências a tirar</i>	510
7.5	<i>A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão</i>	513
7.5.1	<i>Da simulação fiscal</i>	514
8.	A quebra do sigilo bancário. Sua inconstitucionalidade	518
9.	Garantias dos contribuintes, diante da tributação.....	522
10.	Considerações finais	524

Título II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo VIII – Competência Tributária – Definição – Características

1.	Considerações gerais	529
2.	Competência tributária	
2.1	<i>Introdução</i>	531
2.2	<i>A Constituição como a Carta das Competências</i>	532
2.3	<i>Conceito</i>	533
2.4	<i>O exercício da competência tributária</i>	536
2.5	<i>A competência tributária e seus limites jurídicos</i>	537
2.6	<i>A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes</i> ...	538
2.7	<i>Os titulares da competência tributária</i>	539
2.8	<i>A competência tributária e a criação de tributos</i>	541
2.9	<i>Questões conexas</i>	543
2.10	<i>Competência tributária e os "arquetipos" dos tributos</i>	545
3.	Características	548
3.1	<i>Privatividade</i>	
3.1.1	<i>Introdução ao assunto e análise de questões paralelas</i>	548

3.1.2	A classificação jurídica dos tributos	554
3.1.2.1	Os impostos	559
3.1.2.2	As taxas. Suas modalidades. Taxas e "preços públicos". O pedágio	566
3.1.2.3	A contribuição de melhoria.....	592
3.1.2.4	Os empréstimos compulsórios	600
3.1.2.5	As "contribuições parafiscais"	612
3.1.2.6	Os "impostos extraordinários"	613
3.1.2.7	As "contribuições" (art. 149 e seus parágrafos da CF)	617
3.1.2.8	Síntese conclusiva.....	695
3.1.3	A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios "material" e "territorial" de partilha das competências impositivas	696
3.1.4	A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal)	703
3.2	<i>Indelegabilidade</i>	707
3.3	<i>Incaducabilidade</i>	717
3.4	<i>Inalterabilidade</i>	720
3.5	<i>Irrenunciabilidade</i>	722
3.6	<i>Facultatividade</i>	723
4.	Repartição das receitas tributárias	
4.1	<i>Colocação do problema</i>	734
4.2	<i>Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias</i>	734
4.3	<i>Tema financeiro. A importância de seu estudo</i>	738
4.4	<i>As fórmulas adotadas pela Constituição Brasileira na repartição das receitas tributárias</i>	740
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios	747
4.4.2	Cautelas constitucionais	750
4.5	<i>Breve conclusão</i>	753
5.	Tributação e defesa do meio ambiente	753
6.	Últimas considerações	757

Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1.	Introdução	770
2.	A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade	781
3.	As acepções da expressão "imunidade tributária"	783
4.	As imunidades do art. 150, VI, da CF.....	787
4.1	<i>As imunidades das pessoas políticas</i>	787

4.2	<i>As imunidades dos templos de qualquer culto</i>	808
4.2.1	A noção jurídica de “culto”	827
4.3	<i>As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social</i>	
4.3.1	Considerações gerais	831
4.3.2	Imunidades dos partidos políticos e suas fundações	839
4.3.3	As entidades sindicais dos trabalhadores	841
4.3.4	As instituições de educação	842
4.3.5	As instituições de assistência social	852
4.4	<i>Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão</i>	
4.4.1	Considerações gerais	860
4.4.2	A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade	862
4.4.2.1	Desdobramento da idéia	865
4.4.2.2	Distinção importante	866
4.4.2.3	A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária	868
4.4.2.4	A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária.....	871
4.4.3	Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	875
4.4.3.1	Explicação necessária	876
4.4.4	Considerações adicionais	879
5.	A imunidade do art. 150, § 2º, da CF	880
6.	Demais imunidades	882
6.1	<i>A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF</i>	883
6.2	<i>A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF</i>	883
6.3	<i>A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF</i>	885
6.4	<i>A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF</i>	886
6.5	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF</i>	888
6.6	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF</i>	891
6.7	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF</i>	902
6.8	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF</i>	903
6.9	<i>A imunidade do art. 155, § 3º, da CF</i>	910
6.10	<i>A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF</i>	914
6.11	<i>A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF</i>	915
6.12	<i>A imunidade do art. 184, § 5º, da CF</i>	920
6.13	<i>A imunidade do art. 195, § 7º, da CF</i>	921
7.	As imunidades e os deveres instrumentais tributários.....	935

Capítulo X – Isenções Tributárias

1.	Observações introdutórias	936
2.	Conceito	940

2.1	<i>Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”</i>	940
2.2	<i>Isenção como “hipótese de não-incidência tributária, legalmente qualificada”</i>	941
2.3	<i>Posição de Paulo de Barros Carvalho</i>	945
2.4	<i>Novas idéias</i>	950
3.	Competência para isentar, no Brasil	952
3.1	<i>Isenções concedidas por lei ordinária</i>	953
3.2	<i>Isenções concedidas por lei complementar</i>	959
3.3	<i>Isenções concedidas por meio de tratados internacionais</i>	961
3.4	<i>Isenções concedidas por decreto legislativo estadual ou distrital (ICMS)</i>	964
3.5	<i>Revogação de isenção tributária e anterioridade</i>	967
4.	Questões paralelas	967
4.1	<i>Modalidades de isenções tributárias</i>	967
4.1.1	<i>Isenções transitórias e permanentes. Conseqüências jurídicas de sua revogação</i>	967
4.1.2	<i>Isenções condicionais e incondicionais</i>	969
4.1.3	<i>Isenções condicionais, com prazo certo. Conseqüências jurídicas de sua revogação</i>	972
4.2	<i>O campo de incidência das leis isentivas</i>	985
4.3	<i>Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento</i>	988
5.	Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas	990
6.	Conclusão	993

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1.	Introdução	994
2.	A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária	996
2.1	<i>Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”</i>	1018
2.2	<i>O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte</i>	1022
3.	O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária	1026
4.	O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária	1028
5.	Novos argumentos	1032
5.1	<i>Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los</i>	1.039

6. O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária	1.041
7. Outras leis complementares tributárias	1.044
7.1 A lei complementar prevista no art. 148 da CF	1.044
7.2 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, "c", da CF	1.044
7.3 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF	1.045
7.4 A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	1.046
7.5 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF	1.047
7.6 A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	1.047
7.7 A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	1.048
7.8 A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF	1.049
7.9 A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF	1.061
7.10 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	1.072
7.11 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF	1.076
7.12 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	1.083
7.13 A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	1.083
7.14 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF	1.084
7.15 A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF	1.084
7.16 A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993	1.085
8. Lei complementar estadual veiculadora de "normas gerais em matéria de legislação tributária". Sua possibilidade	1.085
9. Últimas considerações	1.087
Capítulo XII – Conclusões	1.089
Bibliografia	1.111
Índice de artigos de lei citados	1.133
Índice remissivo de autores	1.157
Índice alfabético-remissivo	1.167